



A atuação Do Canteiro Modelo de Conservação De Salvador e a salvaguarda da moradia popular no forte São Paulo Da Gamboa, Salvador - Bahia

The work of the Salvador Model Conservation Site (Canteiro Modelo de Conservação) and the safeguarding of popular housing at Forte São Paulo da Gamboa, Salvador - Bahia

Mariana Laert Costa de Almeida

Mestre
Universidade Federal da Bahia
<https://orcid.org/0009-0009-3562-5215>
mlaertca@gmail.com

Daniel Marostegan e Carneiro

Doutor
Universidade Federal da Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-8467-9190>
daniel@teia.org.br

Nayara Amaral Muniz

Mestranda
Universidade Federal da Bahia
<https://orcid.org/0009-0003-7716-0862>
nayaramuniz@ufba.br

Nota editorial:

Este artigo é uma versão revisada de trabalho selecionado no *fast-track* do Conviver 2025 – Habitação Popular: Patrimônio Nacional para publicação na Revista REGRASP.

Histórico do artigo

Recebido: 29 mar. 2026

Aprovado: 02 abr. 2026

Publicado: 02 abr. 2026

RESUMO

O Canteiro Modelo de Conservação de Salvador (CMCS), parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e FAUFBA (Programa Conviver), tem uma de suas áreas de atuação na Gamboa de Baixo com o objetivo central de salvaguardar a moradia popular no Forte São Paulo da Gamboa. O projeto busca elaborar alternativas divergentes à lógica de expulsão histórica da população negra e de baixa renda residente dos territórios tombados, tratando a moradia popular e os modos de viver como um valor cultural a ser preservado. O trabalho envolve aspectos técnicos e sociais, utilizando de forma cruzada metodologias do campo da preservação do patrimônio e da assessoria técnica. A análise da fortificação revelou patologias como a degradação da muralha pela ação do mar, vegetação e a contaminação por esgoto (Nitrato), mas confirmou a estabilidade estrutural do Forte, construído predominantemente em alvenaria de pedra. Os resultados incluem o Projeto de Recuperação da Muralha e o Projeto Arquitetônico de Habitação Social, que prevê 9 unidades (entre 45m² a 55m²) dentro da fortificação, 3 unidades no entorno imediato e outras 8 unidades em outras localidades da comunidade fora do Forte. A metodologia propõe uma associação entre o trabalho técnico e a participação popular, por meio de reuniões e oficinas colaborativas. A conclusão ressalta que a recuperação do monumento e a permanência das famílias são, além de ações compatíveis, respeitando o valor histórico e a função social, essenciais para preservação e manutenção do conjunto edificado. Ressalta-se o engajamento comunitário, que se inicia antes da entrada do canteiro no território, crucial para as intervenções e as próximas etapas do projeto. **Palavras-chave:** popular; patrimônio cultural; assessoria técnica; restauração, fortificação.

ABSTRACT

The Conservation Model Construction Site (CMCS), a partnership between the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) and FAUFBA (Conviver Program), has one of its areas of operation in Gamboa de Baixo with the central objective of safeguarding popular housing in Forte São Paulo da Gamboa. The project seeks to elaborate alternatives divergent from the historical logic of expulsion of the black and low-income population residing in listed territories, treating popular housing and ways of life as a cultural value to be preserved. The work involves technical and social aspects, using cross-cutting methodologies from the field of heritage preservation and technical assistance. The analysis of the fortification revealed pathologies such as wall degradation due to sea action, vegetation, and sewage contamination (Nitrate), but confirmed the structural stability of the Fort, built predominantly with stone masonry. The results include the Wall Recovery Project and the Social Housing Architectural Project, which foresees 9 units (between 45m² to 55m²) within the fortification, 3 units in the immediate surroundings, and another 8 units in other localities of the community outside the Fort. The methodology proposes an association between technical work and popular participation, through collaborative meetings and workshops. The conclusion highlights that the recovery of the monument and the permanence of the families are, in addition to compatible actions, respecting historical value and social function, essential for the preservation and maintenance of the built complex. Community engagement is emphasized, which begins before the construction site enters the territory, crucial for interventions and the next stages of the project.

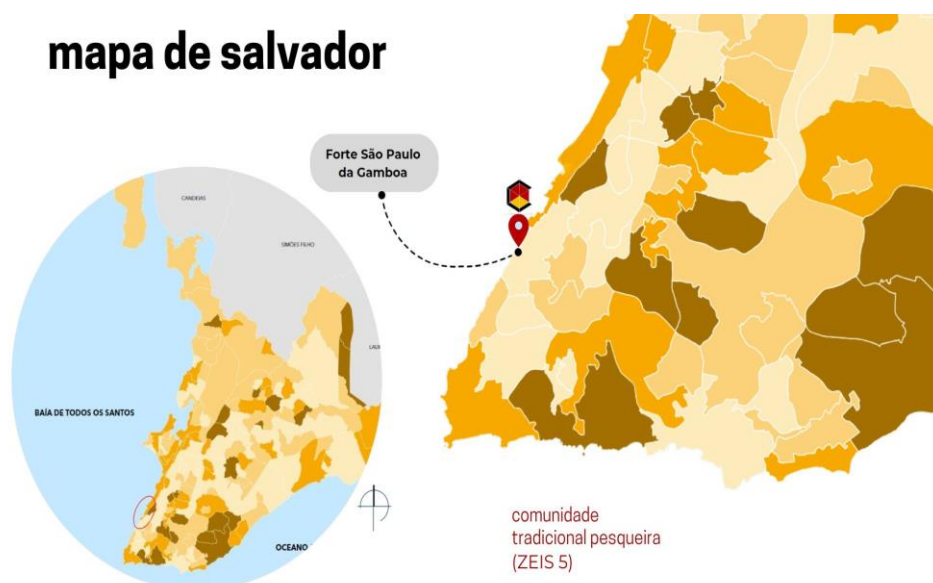
Keywords: popular housing; cultural heritage; technical assistance; restoration, fortification.

Introdução

O Canteiro Modelo de Conservação de Salvador (CMCS) é fruto de uma parceria entre o IPHAN e a FAUFBA, envolvendo a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA) e o MP CECRE. O projeto busca o reconhecimento e a valorização da moradia popular como bem cultural a ser preservado no Centro Histórico de Salvador, por meio da identificação das diferentes formas de vida das populações de baixa renda, majoritariamente negras, como valores culturais presentes em territórios patrimonializados e paradoxalmente excluídos historicamente das políticas de preservação.

Figura 1

Mapa de Salvador, com localização do Forte São Paulo da Gamboa



Nota. Fonte: Acervo CMCS (2025).

Este relato se concentra na atuação do CMCS na Gamboa de Baixo, mais especificamente no Forte São Paulo da Gamboa, que se caracteriza atualmente como uma fortificação inserida em um território popular na região central de Salvador, às margens da baía de todos os santos. Existem registros históricos que indicam que a região do Campo Grande já era uma região povoada por populações indígenas e a Gamboa já era uma área destinada à pesca tradicional indígena, anteriormente à ocupação colonial.

A atuação do projeto na comunidade tem foco no Forte São Paulo da Gamboa, que é tombado pelo IPHAN desde 1938, e que fez parte do conjunto de defesa de Salvador, durante o período colonial. Depois de décadas de abandono dos órgãos governamentais, a fortificação passou a ser ocupada por famílias de baixa renda que a utilizam como moradia, processo que envolve diferentes gerações de gamboeiros, desde ao menos a década de 1960, conferindo-lhe importância fundamental para as atividades comunitárias e também a função habitacional.

A comunidade da Gamboa possui uma população residente de cerca de 1.037 habitantes, que sofre as consequências do abandono e negligência dos poderes públicos típicos dos territórios populares periféricos, como a falta de infraestrutura urbana, incluindo estruturas deficitárias de saneamento básico, coleta de lixo, iluminação, acessibilidade e habitabilidade.

A colaboração entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e a Comunidade da Gamboa de Baixo data de mais de duas décadas, tendo um marco importante na relação com o Forte em 2013, quando a primeira turma da RAU+E atuou na comunidade e um dos residentes desenvolveu o projeto para realocação dos moradores do Forte para áreas ainda disponíveis na comunidade. Já em 2017, a terceira turma da RAU+E volta a atuar na comunidade, momento em que a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo solicitou à Residência um estudo sobre o uso misto (habitação e serviços) para o Forte São Paulo da Gamboa. Utilizando uma metodologia participativa, em uma ação imersiva em conjunto com os moradores, integrantes da RAU+E elaboraram uma cartilha que propunha alternativas de uso e gestão comunitária do Forte, defendendo a importância de manter a moradia e reconhecendo o papel da comunidade na preservação do patrimônio (Barros, 2018).

A cartilha foi apresentada como uma nova possibilidade de solução na Ação Civil Pública (ACP) que buscava identificar as responsabilidades e dar solução à questão da preservação do forte e ao destino das famílias moradoras. A ACP envolvia o IPHAN, a Prefeitura de Salvador (representada pela FMLF), a Secretaria de Patrimônio da União e a Associação de Moradores. É neste contexto que o CMCS direciona ações para o Forte São Paulo da Gamboa, num momento em que a ACP é encerrada com a negociação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que acaba sendo assinado em 2024. A ação do Canteiro Modelo entra no TAC como parte das responsabilidades que o IPHAN deve responder. O objetivo deste relato é apresentar os primeiros passos do processo colaborativo de intervenção física e social para a restauração do Forte São Paulo da Gamboa voltada para a

manutenção da moradia popular, buscando a solução da situação fundiária e habitacional das 21 famílias envolvidas originalmente na Ação Civil Pública (ACP). A importância dessa ação reside em apresentar alternativas à lógica de desafetação e expulsão, historicamente associada às políticas patrimoniais, propondo a permanência digna das famílias como forma de salvaguarda do patrimônio.

Atividade Realizadas

Limpeza, Levantamento Cadastral, Diagnóstico e Proposta de Intervenção na Muralha do Forte São Paulo da Gamboa

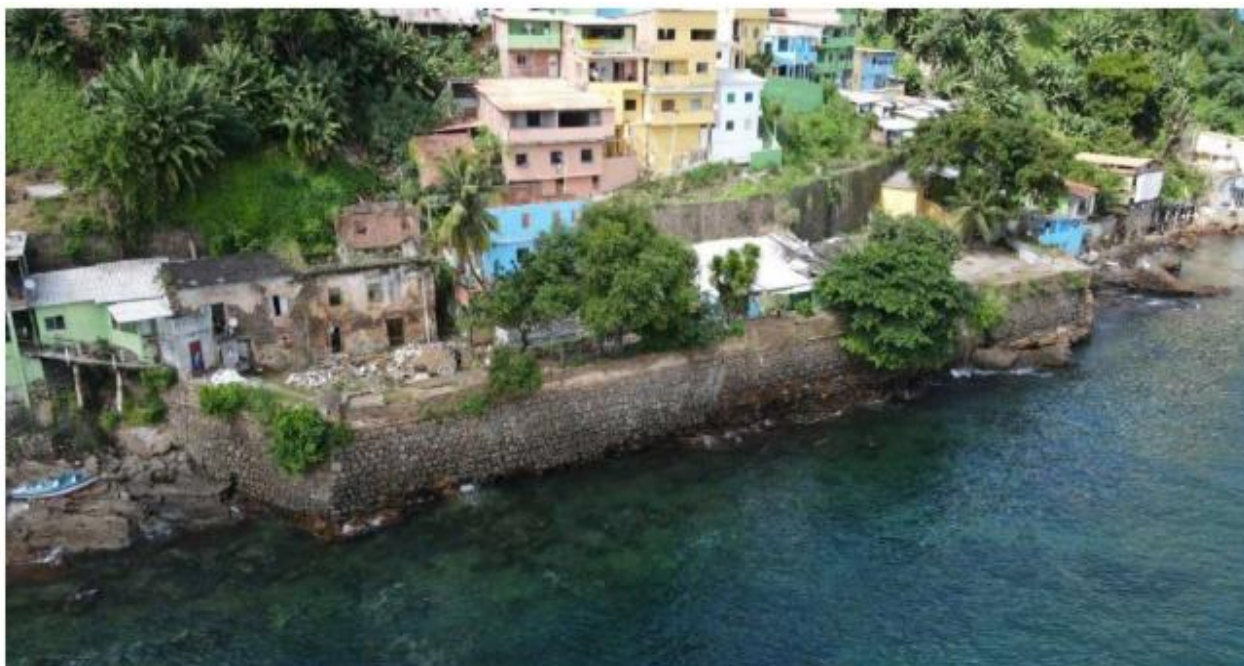
Em função das condições topográficas do território e a ausência de sistemas públicos de coleta de lixo e destinação de resíduos da construção, a ação do Canteiro Modelo no Forte foi iniciada pela limpeza e remoção de mais de 120m³ de resíduos. Processo que envolveu intensos diálogos comunitários, que buscaram encontrar soluções para a limpeza da área, o que ocorreu com a contratação de trabalhadores que já atuavam na comunidade e o envolvimento direto de pescadores e suas embarcações para retirada do material pelo mar, até a praia da preguiça, local onde containers da Limpurb aguardavam o material.

A equipe técnica do NTPR, em colaboração com o CMCS, realizou o Levantamento Cadastral do Forte São Paulo da Gamboa (maio a junho de 2024), para o início dos trabalhos foi realizada uma reunião com a comunidade onde foram apresentados os integrantes da equipe e as etapas de levantamentos que seriam realizadas. Foi feita a Avaliação do Estado de Conservação da Muralha e das edificações históricas existentes, para subsidiar os projetos. A seguir apresentamos os principais resultados desse levantamento e diagnóstico, que incluem a caracterização física, ambiental e técnica, referentes aos elementos construídos do Forte São Paulo da Gamboa (NTPR, 2024).

O levantamento cadastral do Forte São Paulo da Gamboa foi, primariamente, estabelecido por métodos indiretos de alta tecnologia, cruciais para mapear a geometria complexa da fortificação. O Laser Scanner Leica BLK 360 foi o equipamento central, gerando uma nuvem de pontos tridimensionais de alta densidade. Este processo foi complementado pela fotogrametria em duas frentes: a terrestre, utilizando a câmera Nikon D-90 e o software Metashape para gerar ortofotos detalhadas e georreferenciadas, e a aerofotogrametria, por meio de VANTs, que forneceu a ortofoto aérea e modelos digitais para análise planialtimétrica.

Figura 2

Imagem de drone do Forte São Paulo da Gamboa, localizado na comunidade Gamboa de Baixo



Nota. Fonte: Acervo CMCS (2025).

Para validar a exatidão desses dados digitais, foram empregados métodos diretos convencionais (trenas, níveis, etc.) para coleta manual de dados dimensionais, que foram digitalizados no AutoCad®. O georreferenciamento de todo o conjunto de informações foi garantido pelo uso de GPS e RTK (Real-Time Kinematic), assegurando o posicionamento preciso dos dados no sistema de coordenadas.

Figura 3

Imagem da fachada frontal do casarão, gerada por fotogrametria



Nota. Fonte: Acervo CMCS (2025).

O Forte São Paulo da Gamboa foi construído predominantemente com alvenaria de pedra, utilizando rochas metamórficas — prováveis granulitos tonalíticos — ligadas por argamassa de cal e areia. Elementos estruturais específicos, como arcos, abóbadas e a guarita, foram reforçados com tijolos maciços de cerâmica, revelando técnicas características do período Colonial. O diagnóstico destacou

que a estrutura enfrenta um ambiente climático severo: a intensa insolação do poente, e a ventilação predominante do Sudeste contribuem para a degradação, agravando problemas como a dilatação térmica dos materiais e a proliferação de biofilmes.

Figura 4

Prancha de diagnóstico do Casarão, elaborado pela equipe do NTPR



Nota.Fonte: Acervo CMCS (2025).

Este ambiente resultou em várias patologias, por exemplo, a muralha externa sofre com a ação do mar, perda de argamassa, vegetação e raízes. No Terrapleno, a falta de drenagem causa sobrecarga, e análises confirmaram contaminação por nitrato, ocasionada, possivelmente, pela falta de sistema de esgotamento sanitário. Apesar disso, a análise estrutural da muralha concluiu que a estrutura está estável, e as futuras intervenções devem focar na recomposição das perdas, não em grandes reforços estruturais.

O projeto de restauração da Muralha do Forte inclui a remoção de vegetação e raízes, limpeza e desinfecção. As intervenções estruturais abrangem a desobstrução de canhoneiras, reconstituição do "cordão" e reassentamento de pedras. A rotação da guarita será resolvida com escoramento, fixação com aço inox e injeção de adesivo epóxi. Para a durabilidade, será implementado um novo sistema de drenagem pluvial e calhas, além de coordenação com a EMBASA para questões de esgoto. Ao final desta primeira etapa do trabalho foi realizada uma apresentação dos resultados aos moradores, reforçando o objetivo de estancar a degradação do monumento e garantir a permanência dos moradores.

Projeto de Habitação Social

Os estudos do CMC indicam que o projeto para as habitações dentro do forte possibilita a consolidação de 9 habitações dentro da fortificação, sendo possível manter outras 3 no entorno imediato, atendendo assim 12 famílias beneficiárias da ACP, o que indica a destinação de 8 famílias para habitações na Gamboa mas fora do Forte. Foram realizadas reuniões com a Fundação Mário Leal

Ferreira (FMLF), IPHAN, Ministério Público Federal (MPF) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU) para definir um cronograma integrado e responsabilidades, ficando o CMC responsável pelos projetos de habitação social dentro do Forte, e a FMLF, responsável pela alocação dos moradores em outra edificação dentro da Gamboa. Outros arranjos também foram pensados, como indenização, “compra assistida”, e reforma de algumas edificações dentro da Gamboa (ver figura 5).

Figura 5

Planejamento para alocação das famílias em novas moradias



Nota. Fonte: Acervo CMCS (2025).

O CMC está elaborando o projeto de habitação social dentro do Forte, buscando a reabilitação do bem para moradia popular. O estudo inicial indicou a possibilidade de abrigar 9 unidades habitacionais com metragens que variam entre 45m² a 55m² dentro do forte, além de melhorias habitacionais nas edificações do entorno imediato. Foram estabelecidos critérios de intervenção, como a preservação das edificações de valor histórico (como o Casarão de D. Rosa, antigo Casarão do Comandante, e a Casa do Cabo) o respeito à hierarquia de gabarito original, e a manutenção das áreas livres e de convivência do terrapleno, utilizando áreas já edificadas ou “sem uso” para construção de novas habitações, além das intervenções em preexistências.

Figura 6

Reunião com diversos agentes que atuam no território



Nota. Fonte: Acervo CMCS (2025).

A partir da definição de critérios de intervenção, foram realizadas diversas visitas técnicas com a equipe do projeto visando o desenvolvimento dos estudos preliminares para habitação na fortificação. Posteriormente foram elaborados pré-dimensionamentos, reuniões com os órgãos envolvidos e a comunidade para pactuar as definições de projeto. O processo de desenvolvimento do projeto segue em pleno desenvolvimento, contendo diferentes idas e vindas, relacionadas à complexidade de questões que envolvem a solução para as 20 habitações e as diferentes responsabilidades dos órgãos envolvidos.

Figura 7

Reuniões de apresentação do projeto para moradores e lideranças da comunidade da Gamboa de Baixo



Nota: Fonte: Acervo CMCS.

O CMCS vem articulando um ciclo de oficinas nos territórios de atuação do CMC, sendo que na Gamboa o objetivo foi coletar memórias dos moradores em relação aos usos do Forte no passado e atualmente, para consolidar subsídios e construir de modo coletivo o projeto para as áreas livre e de convivência. A oficina "Cartografia de Reconstrução das Memórias do Forte", realizada em 25 de setembro de 2025, teve como objetivo resgatar histórias e vivências dos moradores da Gamboa em relação ao Forte de São Paulo, para fortalecer o projeto de intervenção e defender a permanência das famílias no território.

Figura 8

Oficina "Cartografia de Reconstrução das Memórias do Forte", com moradores da Gamboa de Baixo



Nota. Fonte: Acervo CMCS (2025).

A Oficina de Projetos Arquitetônicos com Áreas Livres do Forte, dividida em duas etapas, buscou levantar subsídios para a construção de um projeto arquitetônico participativo, através da criação colaborativa de uma maquete para as Áreas Livres do Forte, considerando o uso atual e futuro junto aos moradores da Gamboa.

Figura 9

Oficina “Projetos Arquitetônicos com Áreas Livres do Forte”, com moradores da Gamboa de Baixo



Nota. Fonte: Acervo CMCS.

Considerações Finais

O objetivo principal do Canteiro Modelo de Conservação de Salvador na Gamboa de Baixo é promover a salvaguarda do patrimônio em conjunto com a permanência da moradia popular, buscando a inclusão social e a colaboração entre os agentes envolvidos na preservação da Fortificação. A comunidade da Gamboa é entendida pelo projeto como o principal agente desse processo, no qual a preservação do patrimônio envolve a preservação dos conhecimentos locais, articulados em torno das formas de morar, da pesca e da relação dos moradores com o mar. Os resultados obtidos até aqui, incluindo o diagnóstico, o projeto de restauração da muralha, o projeto arquitetônico preliminar para novas habitações, as reuniões com a comunidade, representam passos cruciais para a preservação do patrimônio cultural da Gamboa de Baixo.

A proposta arquitetônica procura respeitar tanto o valor histórico quanto a função social da propriedade, posicionando a ocupação popular não como um "dano", mas como um valor cultural a ser preservado. A resistência e o engajamento contínuo da comunidade da Gamboa de Baixo são fatores determinantes para assegurar a permanência digna e a valorização de sua história. O desafio e a complexidade que envolve a preservação do Forte São Paulo da Gamboa instrui horizontes

divergentes às visões patrimoniais excludentes, e contribui para a consolidação de outras formas de ver, entender, preservar, fruir e valorizar o patrimônio, integrando os moradores e suas formas de vida no processo de preservação. As próximas etapas essenciais do trabalho concentram-se na finalização dos projetos executivos de habitação, na intensificação dos diálogos comunitários e na captação de recursos para a construção das unidades habitacionais (dentro e fora do Forte), garantindo o atendimento integral das famílias beneficiárias da ACP.

Referências

Barros, I. A. (2018). *Arquitetxs periféricxs: Assessoria técnica para melhorias habitacionais em casas autoconstruídas na Gamboa de Baixo* [Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional UFBA.

Ministério Público Federal v. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e União. (2009). Ação Civil Pública nº 2009.3300.011447 (3ª Vara Federal Cível de Salvador, 3 de agosto de 2009).

Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Município de Salvador, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, & União. (2024, 12 de março). *Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 1.14.000.001469/2023-10*.

Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR). (2024). *Cadastro, diagnóstico e projeto de intervenção no Forte São Paulo da Gamboa*. Salvador: UFBA.

Salvador. (2016). *Lei nº 9.148, de 8 de setembro de 2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município do Salvador (LOUOS)*. Secretaria Municipal de Urbanismo.